

ANEXO 4 – MINUTA DO CONTRATO**CONTRATO N.º ____/2023**

CONTRATO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SEGURO PATRIMONIAL, CONTRA EVENTOS QUE POSSAM GERAR PREJUÍZOS E DESPESAS DECORRENTES DOS RISCOS COBERTOS, ATÉ O VALOR DAS IMPORTÂNCIAS SEGURADAS, AS QUAIS CONSTITUEM A BASE DE CÁLCULO DOS LIMITES MÁXIMOS DAS INDENIZAÇÕES, QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA – CODEBA E A EMPRESA

_____.

CONTRATANTE: A **COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA**, autoridade portuária constituída sob a forma de empresa pública federal, com sede na Avenida da França, nº 1.551, Estação Marítima Visconde de Cayru, nesta Cidade do Salvador, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ sob nº 14.372.148/0001-61, a seguir denominada **CODEBA**, neste ato representada por seu Diretor-Presidente da CODEBAe pelo(a) Diretor(a) de Infraestrutura Portuária

CONTRATADA: A empresa, com sede na, CNPJ nº, neste ato representado por....., inscrito no CPF nº, vencedora do Pregão Eletrônico nº 001/2023 daqui por diante denominada por **CONTRATADA**.

As partes acima identificadas celebram o presente contrato para a prestação dos serviços de que trata a Cláusula Segunda - **DO OBJETO**, com fundamento no processo administrativo SEI 50.903.001936/2022-76, mediante as cláusulas e condições seguintes deste Contrato, do qual serão partes integrantes o Pregão Eletrônico nº 001/2023 e a proposta apresentada pela CONTRATADA, datada de ____/____/202.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL, DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO E DOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O CONTRATO

1.1. A lavratura do presente contrato decorre do Pregão Eletrônico nº 001/2023, regulando-se pelas cláusulas contratuais que o integram e pelas seguintes disposições normativas:

a) Lei nº 13.303/2016 – Estatuto da Empresa Estatal;

b) Lei Complementar nº 123/2006 – Estatuto da Micro e Pequena Empresa (ME-EPP);

c) Lei nº 12.846/2013 - Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira;

d) Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEBA, disponível no endereço eletrônico www.codeba.com.br;

e) Decreto nº 8.945/2016: Regulamentação da Lei das Estatais;

f) Decreto nº 8.538/2015- Regulamentação da LC 123/06 (ME-EPP)

g) Decreto Federal nº 10.024/2019 - Regulamento da licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

h) demais normas pertinentes ao objeto do contrato.

1.2. Este contrato está em conformidade com o Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2023 e seus anexos, com o Termo de Referência/Caderno de Encargos e com a proposta apresentada pela CONTRATADA, datada de **XX/XX/XXXX**, vinculando-se ao instrumento convocatório e seus anexos, documentos esses que integram o contrato, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada na prestação de seguro patrimonial, contra eventos que possam gerar prejuízos e despesas decorrentes dos riscos cobertos, até o valor das importâncias seguradas, as quais constituem a base de cálculo dos limites máximos das indenizações.

2.2. As especificações técnicas a serem observadas na execução do objeto deste Contrato são as previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. O Seguro Patrimonial a ser contratado pela CODEBA se dará no **regime de empreitada por preço Global da Cobertura a primeiro risco absoluto**, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista que se manifestem através de avarias, perdas ou danos materiais aos bens segurados e que exijam reparos ou reposição, inclusive quebra de máquinas.

3.2. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto, e demais especificações técnicas, bem como a fiscalização pela CODEBA são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA, DO PRAZO DE EXECUÇÃO, DA SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO E DA PRORROGAÇÃO

4.1. A vigência e a execução do contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura do contrato, quando deverão ser iniciados os serviços, podendo ser prorrogado até o limite de 5 (cinco) anos como previsto no art. 71 da Lei Federal 13.303/16.

4.3. Antes de encerrado o prazo contratual de execução fixado no subitem 12.1, havendo interesse das partes contratadas, o contrato poderá ser prorrogado, desde que a CODEBA notifique por escrito à contratada dessa sua intenção e desta, obtenha a concordância, mediante a celebração de Aditivo, nas mesmas condições do instrumento contratual celebrado.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO

5.1. Conforme proposta apresentada pela CONTRATADA e aceita pela CODEBA, o preço total do objeto contratado é de **R\$ XXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**, **conforme demonstrado nas planilhas de custos.**

5.2. No valor acima estão inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. A despesa para atender a esta licitação está programada em dotação orçamentária própria, tombada sob o nº 227/2022, rubrica Serviços de Terceiros Contínuos, cód. 2.205.000.000 do PDG da CODEBA prevista para o exercício de 2023.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta corrente informada na proposta da seguradora, no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento pela CODEBA do documento hábil para pagamento.

7.2. O documento encaminhado pela seguradora para fins de pagamento deverá conter ou estar acompanhado de documento que contenha os dados necessários à identificação do seguro contratado e da vigência do mesmo.

7.3. O procedimento de pagamento do prêmio de seguro só se efetivará após a comprovação da regularidade fiscal por parte da seguradora contratada.

8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTAMENTO

8.1. Não cabe reajuste, correção monetária ou revisão de preço com periodicidade inferior a 12 (doze) meses.

8.2. O preço contratado, desde que observado a periodicidade mínima de 12 (doze) meses contados da data limite da apresentação da proposta de preço ou, nos reajustes subsequentes, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste concedido, poderá ser reajustado, para mais ou para menos, pela variação acumulada do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) da FGV, observada a seguinte fórmula:

$$R = \frac{(I_r - I_o) \times P}{I_o}$$

Onde:

1) Para o primeiro reajuste:

R - reajuste procurado;

I_r – índice do mês do reajuste;

I_o – índice do mês da data da proposta ou da data limite para a sua apresentação;

P – valor atual do contrato

2) Para os reajustes subsequentes:

R - reajuste procurado;

I_r – índice do mês do novo reajuste;

I_o – índice do mês dos efeitos financeiros do último reajuste efetuado;

P – valor do contrato atualizado até o último reajuste.

8.3. Após a concessão do primeiro reajuste, para os subsequentes, deverá ser observada a seguinte fórmula:

$$Pr - P + (P \times V)$$

Onde:

Pr – é o preço novo ou reajustado;

P – preço atual;

V – variação percentual obtida na forma do parágrafo anterior, de forma que (PxV) significa o acréscimo ou redução de preço decorrente de reajustamento.

8.4. Os reajustes deverão ser precedidos de requerimento escrito da CONTRATADA acompanhado da memória de cálculo, observadas as disposições contidas neste contrato.

8.5. Ocorre a preclusão do direito ao reajuste nas hipóteses de ausência de requerimento, de prorrogação da vigência do contrato sem pleiteá-lo e de término da vigência contratual.

8.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado o que vier a ser determinado pela legislação ou aquele que o substituir.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, a CODEBA elegerá novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

8.8. Os efeitos financeiros do reajuste serão iniciados a partir da data de aquisição do direito pela contratada, observadas as disposições contidas nesta cláusula.

9. CLÁUSULA NONA - GARANTIA CONTRATUAL

9.1. A garantia contratual será de 5% (cinco por cento) do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições nele estabelecidas.

9.2. A garantia deverá ser prestada pelo contratado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato e prorrogável uma vez por igual período e será liberada ou restituída após a elaboração do termo de encerramento do contrato.

9.3. A validade da garantia deverá corresponder ao prazo de vigência contratual acrescido de três meses, devendo ser renovada a cada prorrogação ou renovação contratual e complementada em casos de aditivos e apostilamentos para reajustes e repactuações.

10. CLÁUSULA DEZ – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

10.1. A Gestão do contrato será realizada pela Gerência Administrativa (GAD).

10.2. A Fiscalização e acompanhamento do seguro predial ficará sob a responsabilidade do Fiscal do Contrato, indicado pela GAD e designado através de Portaria expedida pelo Diretor-Presidente.

10.3. São atribuições do Gestor do Contrato:

- A) Gerir a execução do contrato;
- B) Receber e liberar as notas fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
- C) Manter comunicação ativa com a contratada por meio de reuniões, correspondências eletrônicas, ofícios entre outros;
- D) Propor a realização de aditamentos contratuais quando necessário;
- E) Notificar a contratada sobre eventuais irregularidades encontradas em situações desconformes com o contrato;
- F) Propor aplicação de sanções administrativas à contratada, em virtude de inobservância ou desobediências às cláusulas contratuais ou ordens da fiscalização;
- G) Analisar e propor autorização a contratação de empresas terceirizadas.

10.4. São atribuições do Fiscal do Contrato:

- a) Acompanhar a execução dos serviços conforme descrito no Projeto Básico / Termo de Referência;
- b) Manter entendimentos com os demais setores da CODESP e intervenientes externos, visando à execução dos serviços;
- c) Acompanhar o cronograma físico-financeiro e informar ao Gestor as diferenças observadas no andamento dos serviços;
- d) Propor ao Gestor, quando necessário, aditamentos contratuais acompanhados das justificativas pertinentes;
- e) Comunicar formalmente ao Gestor do Contrato as irregularidades encontradas em situações desconformes com o Processo Administrativo e com a Lei;
- f) Propor aplicação de sanções administrativas à contratada, em virtude de inobservância ou desobediências às cláusulas contratuais ou ordens da fiscalização;

- g) Atestar nota fiscal/fatura da execução dos serviços.

11. CLÁUSULA ONZE – OBRIGAÇÕES DA CODEBA

11.1. Caberá à CODEBA:

- I.** Realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste contrato;
- II.** Exercer a fiscalização do contrato;
- III.** Informar formalmente a CONTRATADA de todos os normativos e regulamentos que são afetos ao seu contrato e devem ser observados;
- IV.** Designar nominalmente no curso do processo administrativo os gestores e fiscais do contrato;
- V.** Observar a Matriz de Risco.

11.2. CLÁUSULA DOZE – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I.** Conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do Instrumento Convocatório e da legislação vigente;
- II.** Prover os serviços ora contratado;
- III.** Manter sigilo sobre toda e qualquer informação, seja meio físico seja eletrônico, ficando vedado a utilização ou divulgação destas;
- IV.** Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- V.** Manter, durante toda a vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- VI.** Indicar, a partir da assinatura do contrato, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados, o preposto, para efetuar a interlocução com a Fiscalização da CODEBA, em horário comercial, e outras responsabilidades da CONTRATADA e que tenha capacidade gerencial para tratar os assuntos definidos no contrato, bem como atender às solicitações do CONTRATANTE;
- VII.** Cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato, adotando providências requeridas relativas ao andamento dos serviços contratados;

VIII. O CONTRATADO deverá comunicar imediatamente qualquer irregularidade ao fiscal e gestor;

IX. Observar a Matriz de Risco.

12. CLÁUSULA TREZE – SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Os serviços licitados deverão ser prestados diretamente pela CONTRATADA, sendo vedada a cessão, transferência ou subcontratação, parcial ou total, exceto para a cessão de cosseguro.

13. CLÁUSULA QUATORZE – INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 13.303, de 2016, da Lei nº 10.520, de 2002, e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEBA a Contratada que:

- I.** Ensejar inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- II.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- III.** Fraudar na execução do contrato;
- I.** Comportar-se de modo inidôneo;
- II.** Cometer fraude fiscal;
- III.** Não mantiver a proposta.

14. CLÁUSULA QUINZE - DAS PENALIDADES

14.1. Pela inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações estabelecidas na execução do objeto contratado, a CODEBA poderá aplicar ao contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

I. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

II. Multa moratória:

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias. Após este prazo e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) de 2% (dois por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida, pela demora em substituir o material rejeitado;

III. Multa compensatória:

a) de até 2% (dois por cento) em caso de inexecução parcial, sobre o valor total do contrato;

b) de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

IV. As importâncias relativas às multas serão descontadas pela CONTRATANTE de eventuais créditos a vencer da empresa CONTRATADA. Na ausência de créditos disponíveis para quitação da importância da multa, a Contratante deverá fazer o pagamento por meio de depósito bancário destinado à CODEBA, ou, quando for o caso, será cobrado judicialmente.

5.1.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CODEBA, pelo prazo de até 2 (dois) anos poderá ser aplicada à empresa que:

5.1.3. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

5.1.4. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

5.1.5. Não assinar o Contrato no prazo estabelecido neste instrumento;

5.1.6. Deixar de entregar a documentação exigida neste instrumento;

5.1.7. Apresentar documentação falsa exigida neste instrumento;

5.1.8. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

5.1.9. Não mantiver a proposta;

5.1.10. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CODEBA ou cobrada judicialmente com acréscimo das custas e honorários advocatícios de 10% (dez por cento).

5.1.11. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CODEBA será aplicada à empresa ou ao profissional que:

I. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação ou contratação;

III. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CODEBA em virtude de atos ilícitos praticados;

IV. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

V. apresentar documentação falsa exigida para o certame;

VI. ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

VII. não mantiver a proposta;

VIII. falhar ou fraudar na execução do contrato;

IX. comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013.

5.1.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se os procedimentos internos da CODEBA, e, subsidiariamente, a lei 9784/1999.

5.1.13. As sanções de advertência e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CODEBA poderão ser aplicadas juntamente com a de multa.

5.1.14. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

5.1.15. Da decisão final cabe recurso à autoridade competente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato. No caso de indeferimento da defesa apresentada, e uma vez concluído o processo administrativo, a importância devida correspondente à aplicação da multa deverá ser recolhida junto à GRF/CODEBA, em até 5 (cinco) dias úteis a partir da sua notificação da decisão final. Caso não haja o recolhimento da multa no prazo estipulado, a Contratante descontará a referida importância, de eventuais créditos a vencer da empresa Contratada. Na ausência de créditos disponíveis para quitação da importância da multa, a Contratante deverá fazer o pagamento por meio de Guia de Recolhimento – GDR, que será creditado na conta da CODEBA e, quando for o caso, será cobrado judicialmente.

5.1.16. Na execução contratual, cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à CODEBA (funcionários, suas instalações, imagem), meio ambiente ou a terceiros.

5.1.17. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

15. CLÁUSULA DEZESSEIS - RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

15.1. Após a assinatura do contrato deverá ser emitida Apólice do Ramo de Seguro de Operador Portuário com as coberturas solicitadas neste Termo de Referência e vigência de 12 meses.

16. CLÁUSULA DEZESSETE - DA RESCISÃO CONTRATUAL

16.1. Constituem motivo para a rescisão dos contratos firmados pela CODEBA:

I. o descumprimento ou o cumprimento irregular ou incompleto de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II. o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

III. o desatendimento das determinações regulares do fiscal do contrato;

IV. o cometimento reiterado de faltas na sua execução anotadas pela fiscalização do contrato;

V. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VI. a fusão, cisão, incorporação, ou associação da Contratada com outrem, não admitidas no instrumento convocatório e no contrato e sem prévia autorização da CODEBA;

VII. a dissolução da sociedade ou o falecimento da Contratada;

VIII. razões de interesse da CODEBA, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo interno;

IX. o descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

X. a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013;

XI. inobservância da vedação ao nepotismo;

XII. prática de atos que prejudiquem ou comprometam à imagem ou reputação da CODEBA, direta ou indiretamente;

XIII. a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

XIV. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XV. o não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

16.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados pelo gestor do contrato nos autos do processo administrativo, assegurado para a CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa, decididos pela autoridade de alçada.

16.3. Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

17. CLÁUSULA DEZOITO – EXTINÇÃO DO CONTRATO

17.1. A extinção dos contratos firmados pela CODEBA se dará:

- I. pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;
- II. pelo término do seu prazo de vigência;
- III. por acordo entre as partes, desde que a medida não acarrete prejuízos para a CODEBA;
- IV. por ato unilateral da parte interessada, mediante aviso por escrito à outra parte com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, desde que a medida não acarrete prejuízos para a CODEBA e esteja autorizado no contrato, na legislação em vigor ou neste regulamento;
- V. pela via judicial ou arbitral; e
- VI. em razão de rescisão contratual pela ocorrência de qualquer dos motivos elencados na Cláusula de Rescisão.

18. CLÁUSULA DEZENOVE - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO, DO ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO

18.1. O presente contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas na Lei 13.303/2016 e nos arts. 191 a 204 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEBA, observado o procedimento previsto.

19. CLÁUSULA VINTE – MATRIZ DE RISCO

19.1. Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados na Matriz de Risco que integra o Caderno de Encargos, a CONTRATADA deverá, no prazo de 01 (um) dia útil, informar à fiscalização sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

- I. detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
- II. as medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- III. as medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o

prazo estimado para que esses efeitos cessem;

IV. as obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e

V. outras informações relevantes.

19.2. A Matriz de Riscos relativa ao presente Contrato Administrativo é a anexa ao Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

20. CLÁUSULA VINTE E DOIS: DOS ANEXOS

20.1. Integram o presente Acordo como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

a) Proposta da Contratada, datada de ____ de ____ de _____; e

b) Termo de Referência referente à execução dos serviços de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SEGURO PATRIMONIAL, CONTRA EVENTOS QUE POSSAM GERAR PREJUÍZOS E DESPESAS DECORRENTES DOS RISCOS COBERTOS, ATÉ O VALOR DAS IMPORTÂNCIAS SEGURADAS, AS QUAIS CONSTITUEM A BASE DE CÁLCULO DOS LIMITES MÁXIMOS DAS INDENIZAÇÕES** nos Portos de Salvador, Aratu-Candeias e Ilhéus.

21. CLÁUSULA VINTE E TRÊS – DOS CASOS OMISSOS

21.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

22. CLÁUSULA VINTE E QUATRO - DO FORO

22.1. As partes elegem o foro da Seção Judiciária da Bahia do Tribunal Regional Federal da Primeira Região como o único competente para dirimir as dúvidas oriundas desta licitação e do contrato decorrente, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim perfeitamente justos e contratados, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para os devidos efeitos legais, as partes contratantes, na presença das testemunhas abaixo signatárias.

Salvador, de de

Pela CODEBA

Carlos Autran de Oliveira Amaral	Jenner Augusto da Silveira Kruschewsky
CPF _____	CPF _____
Diretor-Presidente	Diretor de Gestão Administrativa e Financeira

Pela CONTRATADA

XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF _____	CPF _____
CARGO/FUNÇÃO	CARGO/FUNÇÃO

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

NOME:

CPF:

NOME:

CPF: